



REM

MATO GROSSO



Por meio de:



PROGRAMA REDD EARLY MOVERS (REM) MATO GROSSO

RELATÓRIO DE AVANÇO SEMESTRAL

JULHO 2020 – DEZEMBRO 2020

Fevereiro 2021

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BEIS – *Department for Business, Energy & Industrial Strategy*
(Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial)

BPMPA/MT - Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental

BMZ – *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung* (Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento)

CEGREM – Comitê Executivo do Programa REM em Mato Grosso

CMCR+/SEMA/MT - Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+

CONAREDD - Comissão Nacional para REDD

DUD's - Diretorias de Unidades Desconcentradas

DPL – *Development Policy Loan* (Crédito da Política de Desenvolvimento)

EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso

ERB – Estratégia de Repartição de Benefícios

FMCC – Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso

GCP-REM MT– Grupo de Coordenação do Programa REM Mato Grosso

GIZ – *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (Cooperação Técnica Alemã)

ICV – Instituto Centro de Vida

IMAC – Instituto Mato-Grossense da Carne

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

KfW-Entwicklungsbank (Cooperação Financeira Alemã)

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOP – Manual Operacional do Projeto

MPE/MT - Ministério Público do Estado de Mato Grosso

MT – Mato Grosso

NO – Não Objeção

PAAC – Plano Anual de Aquisições e Contratações

PCI – Estratégia Produzir, Conservar e Incluir

PDI – Plano de Investimento

POA – Plano Operativo Anual

PPCDIF/MT – Plano de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais

PRODES - Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia

REDD – *Reduced Emissions from Deforestation and Degradation* (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal)

SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento

SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar

SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso

SESP/MT - Secretaria de Estado de Segurança Pública

SGRSA – Sistema de Gestão de Riscos Sócio Ambientais

TdR – Termo de Referência

*Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD for Early Movers Mato Grosso
Período julho de 2020 a dezembro de 2020*

UPPE/SEMA - Unidade de Programas e Projetos/SEMA –MT

*Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD for Early Movers Mato Grosso
Período julho de 2020 a dezembro de 2020*

Título do Programa: REDD <i>Early Movers</i> (REDD para Pioneiros) Mato Grosso (REM MT)	
Instituição responsável: FUNBIO / Parceria executiva SEMA-MT	
Gerente do Programa (FUNBIO): João Ferraz Fernandes de Mello Telefone: (21) 2123-5324 E-mail: joao.mello@FUNBIO.org.br	
Coordenadora do Programa (GCP-REM / SEMA): Ligia Vendramin Telefone: (65) 3054-9608 E-mail: ligiavendramin@sema.mt.gov.br	
Período de abrangência do relatório: De 01/07/2020 a 31/12/2020	Data de envio do relatório: Versão final:

1. RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório refere-se ao período de 01.07.2020 a 31.12.2020, período no qual a condição de trabalho inerente à pandemia instalada se manteve com a maioria dos encontros presenciais suspensos, rotina de trabalho oscilando entre presencial e home office, e transição para o modo de trabalho virtual. Tais fatores trouxeram desafios extras para o Programa, porém não impediram a execução do Programa REM MT.

Houve a consolidação do Programa REM MT como instrumento de implementação de Políticas Públicas diante de diferentes atores do Governo Estadual, reconhecimento registrado em mídias, reuniões e cerimônias oficiais.

Diante do cenário de incêndios sem controle, ocorridos no Pantanal de Mato Grosso, o Programa REM MT se fez presente em todo o processo emergencial - apoiando desde o combate até mesmo as ações de socorro dos animais vítimas da situação.

Os beneficiários diretos da Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais (AF PCT) começaram a receber os investimentos em suas propriedades, com o início do trabalho da ATER da EMPAER, bem como o apoio a lideranças de PCT 's no aperfeiçoamento da elaboração de projetos. Por outro lado, a adequação do processo de Chamada de Projetos se alongou, tendo sido concluído em novembro de 2020 com a capacitação dos projetos apoiados pelo Subprograma A e C e a realização dos primeiros desembolsos. Deste modo, espera-se que os primeiros resultados sejam relatados no próximo relatório anual de avanço do Programa REM MT. Com a seleção dos projetos se impôs na pauta das reuniões o monitoramento dos projetos e do próprio programa.

Ressalta-se que, embora o recurso ainda não tenha sido aplicado na base da sociedade no período, muitos avanços ocorreram na esfera governamental, ao se aperfeiçoar metodologias e tecnologias de trabalho, além de melhorias nos fluxos intra e interinstitucionais.

Quanto ao Subprograma Territórios Indígenas, deve-se ressaltar a importância do fortalecimento das representações indígenas no processo participativo nas tomadas de decisão, bem como ser necessário aprimorar o modelo de governança do Subprograma, de modo a garantir respostas mais rápidas e eficientes às diferentes situações apresentadas. Em função da pandemia, foi necessário reinventar o modo operacional da governança indígena objetivando agir dentro do tempo necessário para os membros tomarem suas decisões, bem como a FEPOIMT levantar informações por meio de consultas às suas bases, fato que implica que a maior parte do apoio chegue às aldeias no primeiro semestre de 2021.

O segundo semestre de 2020 foi, também, quando se concluiu o segundo ciclo de planejamento do Programa REM MT, com a inserção do 2º PDI no sistema Cérebro, já com a nova estrutura do Programa REM MT e envio do pedido de NO ao KfW para o PAAC. Como forma de facilitar o controle por meio de um único documento, o FUNBIO enviou o PAAC do 2º PDI com os saldos do 1º PDI. Embora ainda esteja em avaliação pelo KfW, segue-se com o entendimento de seguir com a execução até a sua aprovação final.

No que se refere à execução financeira do Programa REM MT, o ano fechou com R\$ 33.714.542,17 de execução na ponta, valor atingido em grande parte em função dos primeiros desembolsos realizados no âmbito das Chamadas 03 e 08 de 2020. Abaixo os valores de execução do Programa REM MT nos anos de 2019 e 2020, divididos pelas formas de execução (direta e indireta), com data de corte de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Tabela 1: Execução Financeira REM MT - anos 2019 e 2020 (em Reais)

Subprogramas e Execução	2019	2020	Total Geral
Agricultura Familiar	342.565,20	11.962.610,07	12.305.175,27
Direta	342.565,20	2.198.948,28	2.541.513,48
Indireta		9.763.661,79	9.763.661,79
Fortalecimento Institucional	6.515.970,99	17.145.950,22	23.661.921,21
Direta	6.515.970,99	17.145.950,22	23.661.921,21
Produção Sustentável	183.129,12	4.377.934,34	4.561.063,46
Direta	183.129,12	1.039.605,38	1.222.734,50
Indireta		3.338.328,96	3.338.328,96
Territórios Indígenas	738.589,82	228.047,54	966.637,36
Direta	127.539,11	27.157,25	154.696,36
Indireta	611.050,71	200.890,29	811.941,00
Total Geral	7.780.255,13	33.714.542,17	41.494.797,30

Quanto a execução direta, o maior volume de solicitações (excluindo remanejamentos) foi o de “Diária”, representando 45%, seguido por “Bens” que representam 22,5%. Os mecanismos de pequenos gastos (que englobam as diversas compras e contratações locais) representam 19,8% da execução. Devido à capilaridade do Programa REM MT, esses mecanismos de pequenos gastos são de fundamental importância de modo a garantir maior agilidade em aquisições e serviços de pequenos gastos. A Gerência do FUNBIO estuda a possibilidade de ampliação dos limites pactuados e consolidação desses mecanismos.

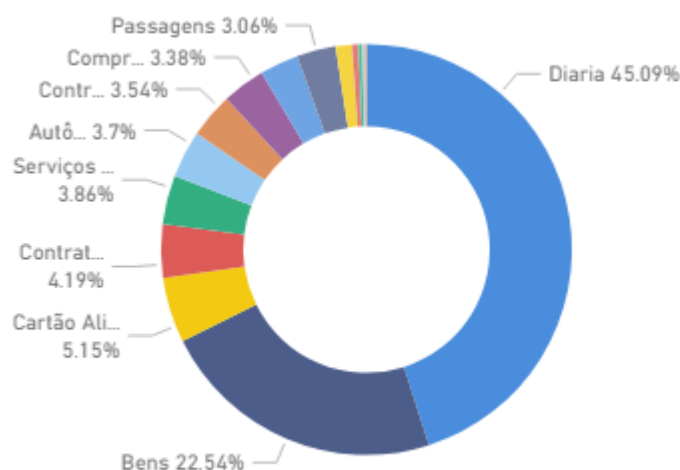


Gráfico 1: Solicitações por despesa elegível

O comprometido de aproximadamente R\$ 40.000.000,00 nas chamadas realizadas, a perspectiva do desembolso de aproximadamente R\$ 8.000.000,00 para o apoio ao combate à COVID-19 nas Terras Indígenas impõe ao GCP REM MT, ao FUNBIO e à empresa de consultoria internacional o desafio de finalizar o plano de monitoramento que incluirá os sistemas oficiais (GPWeb e Cérebro 2.0), visitas de monitoramento e auditoria externa independente.

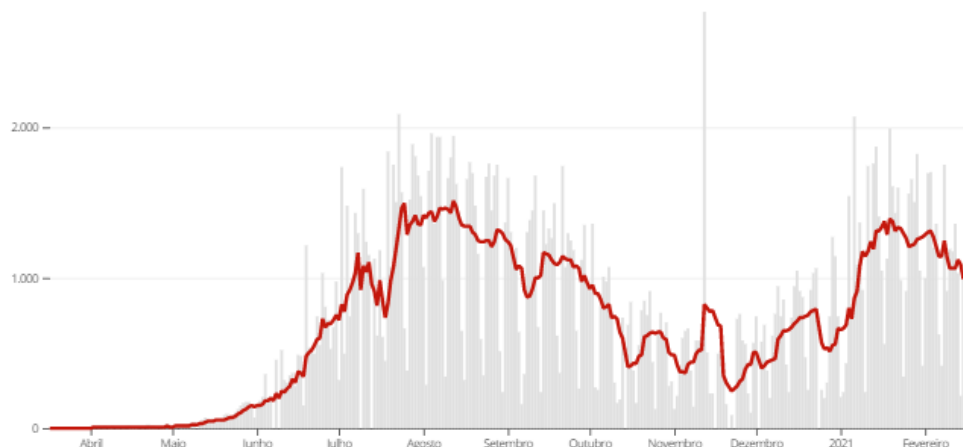
CONTEXTO INSTITUCIONAL

Contexto da Pandemia

O gráfico abaixo, elaborado por veículos de imprensa, a partir de dados da Secretaria Estadual de Saúde, mostra a evolução do número de casos de COVID-19 em Mato Grosso durante os últimos 12 meses:

Gráfico 2: Casos de COVID-19 em MT

Casos por Covid-19 por dia



Resgatando o relatado entre Julho de 2019 a Junho de 2020, o cenário de pandemia se manteve, e embora uma queda tenha sido verificada a partir de agosto, a segunda onda de evolução da pandemia iniciou-se a partir de novembro. Com isso, ainda há instabilidade nos regimes de trabalho, sendo hora presencial, hora teletrabalho, aplicado às diferentes organizações estaduais e federais. Nessas circunstâncias, o Programa REM MT manteve-se ativo e a equipe gestora atenta às possibilidades de execução.

Na esfera estadual, entre os executores, cujo trabalho foi mais impactado pelo cenário pandêmico, pode se destacar ações previstas pela EMPAER, devido a insegurança sanitária para atuação no campo, bem como pelo Comitê do Fogo e Batalhão de Emergências Ambientais, pelo redirecionamento de recursos para ações de combate à COVID-19.

Na esfera federal, a FUNAI estabeleceu as restrições necessárias para o acesso aos territórios indígenas, bem como os indígenas estabeleceram barreiras sanitárias em muitas aldeias.

O apoio financeiro do governo federal, por meio do auxílio emergencial, garantiu a sobrevivência de muitas famílias, mas também dificultou o isolamento dos indígenas, visto que precisavam se deslocar para as cidades, a fim de receber os recursos.

Contexto ambiental

O combate ao desmatamento continuou como uma prioridade na agenda política do governo de Mato Grosso. Ao longo do segundo semestre, o Governo do Estado, através do CEDIF - Comitê Estratégico de Combate ao Desmatamento Ilegal e Incêndios Florestais, continuou a pôr em prática seu Plano de Ação lançado em março de 2020.

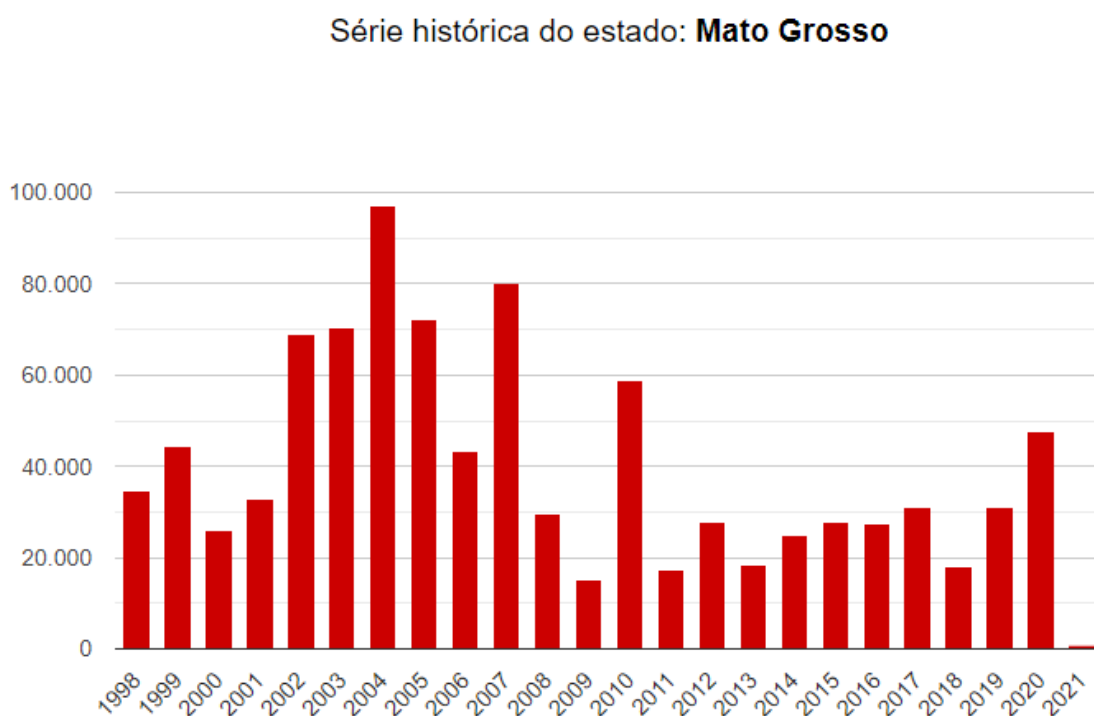
O plano, originalmente, previa recursos de R\$ 64 milhões de reais de fontes, como o Programa REM MT, recursos recuperados do combate à corrupção pelo Ministério Público Federal, bem como recursos do próprio erário do Estado. Embora parte dos recursos tenha sido redirecionada

para o combate à pandemia COVID-19 em Mato Grosso, a SEMA deu continuidade à execução do Plano de Ação com os recursos disponíveis.

Queimadas

Mato Grosso registrou, em 2020, um ano excepcionalmente seco, o pior cenário em incêndios florestais da última década. De janeiro até o dia 16 de novembro, foram 8,5 milhões de hectares atingidos pelo fogo. O gráfico abaixo do INPE mostra a série histórica do número de focos de calor no estado:

Gráfico 3: Série histórica do número de focos de calor em MT



O Pantanal foi o bioma proporcionalmente mais atingido, com 2,15 milhões de hectares, o equivalente a 40% de sua porção mato-grossense. A Amazônia teve 6% de sua área no estado atingida, e o Cerrado 9%, com 3,1 milhões de hectares. De toda a área afetada pelos incêndios no estado, cerca de 30% incidiu apenas nos municípios pantaneiros de Poconé, Barão de Melgaço e Cáceres.

Diante do cenário apresentado e a perspectiva de um 2021 muito semelhante, o GCP REM MT e o FUNBIO estudam formas de agir preventivamente, dentro das molduras estabelecidas pelas regras de execução do Programa REM MT.

Desmatamento

Em 30 de novembro de 2020, foram divulgados os dados do INPE referentes ao PRODES. Segundo esses dados, a área desmatada na Amazônia foi de 11.088 km² entre agosto de 2019 e

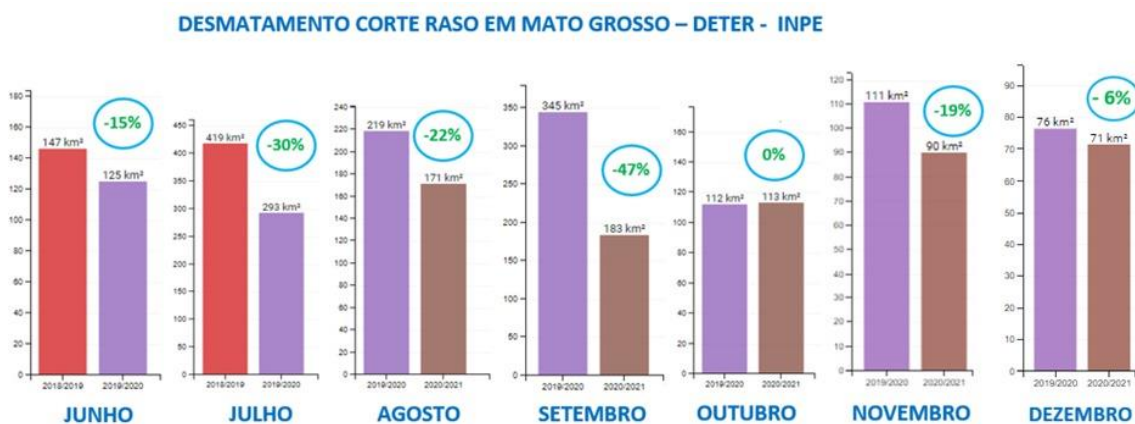
julho de 2020. De acordo com o Inpe, trata-se de um aumento de 9,5% em relação ao período anterior (agosto de 2018 a julho de 2019), que registrou 10.129 km² de área desmatada.

Em Mato Grosso o desmatamento constatado pelo PRODES foi de 1.767 km², um aumento de 4% em relação ao ano anterior e próximo ao gatilho do REM estabelecido, porém abaixo.

Especialistas consideram que os números são um reflexo do enfraquecimento das ações de fiscalização por parte do governo federal, entre outros estímulos contraditórios à exploração de madeira e ao garimpo. A diminuição do apoio do Governo Federal criou a oportunidade de aproximação entre o Estado de MT e o IBAMA, por meio de recursos do Programa REM MT, bem como com a FUNAI, pelo Acordo de Cooperação firmado, para que a Secretaria de Assistência Social e a Superintendência de Assuntos Indígenas do estado possam apoiar os territórios. No entanto, é importante frisar que o número do PRODES não captura o desempenho de Mato Grosso ao longo do segundo semestre de 2020.

O Gráfico abaixo, elaborado pela SEMA, com base nos alertas do sistema DETER do INPE, mostra que o Estado tem conseguido sistematicamente ao longo de todos os meses do segundo semestre manter o desmatamento a níveis menores do que no ano anterior:

Gráfico 4: Desmatamento MT (Corte Raso)



Neste contexto, o Programa REM MT teve papel essencial ao financiar as ações de comando e controle que tornaram possível esses resultados. Estas ações são descritas em mais detalhes no Subprograma de Fortalecimento Institucional.

Em dezembro de 2020, sob coordenação da SEMA, iniciou-se a construção da 4ª fase do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais (PPCDIF) em Mato Grosso que deverá dar as diretrizes estratégicas com esse objetivo para o período de 2021 a 2025. Segundo o Secretário Executivo da SEMA, o PPCDIF deve ser finalizado em março deste ano, e espera-se em 2021 uma redução de pelo menos 20% no atual nível de desmatamento no estado.

REDD+

Em âmbito federal, foram retomadas as atividades da CONAREDD, com composição reformulada, e de seus Grupos de Trabalho. Embora a Coordenação do REM, a Coordenadoria de REDD e Mudanças Climáticas da SEMA e o próprio Gabinete da Secretária estejam em constante contato com o Ministério de Meio Ambiente, há um descompasso entre a urgência de Mato Grosso em validar suas reduções de emissão e o andamento dos trabalhos no Ministério.

Durante o segundo semestre, a Coordenação do REM procurou manter o KfW atualizado sobre a situação, e alternativas a essa validação vem sendo debatidas entre os parceiros.

O foco do Ministério está voltado à implementação do Programa Floresta+. O Floresta+ e o Floresta+ Carbono são tentativas do governo federal de atrair e regulamentar a atuação do setor privado no mercado de pagamento por serviços ambientais. Ainda há incertezas regulatórias em relação ao funcionamento e à contabilidade de carbono de programas voluntários.

No âmbito estadual, a PCI tem atuado junto a parceiros como EDF, o Fundo Emergent, Althelia, IDH, Earth Innovation, TFA e empresas como Shell e Bayer para explorar as possibilidades de mercado disponíveis, incluindo oportunidades do novo padrão Art Trees. Um trabalho de levantamento da legislação vigente e mudanças necessárias está sendo conduzido, em cooperação com a SEMA. É a intenção da PCI apoiar Mato Grosso na definição de uma estratégia para atuação no mercado.

Contexto político e fiscal

O avanço na situação fiscal do Estado permitiu ao governo de Mato Grosso lançar em outubro deste ano o Programa Mais MT. O programa prevê recursos na ordem de R\$ 9,5 bilhões em investimentos públicos, durante a gestão(2019-2022, divididos em 12 grandes eixos estruturantes: Segurança; Saúde; Educação; Social e Habitação; Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda; Infraestrutura; Turismo; Cultura, Esporte e Lazer; Simplifica MT; Eficiência Pública; Meio Ambiente; Agricultura Familiar e Regularização Fundiária.

Dois dos 12 eixos do Programa Mais MT, conectados ao REM, merecem destaque:

Meio Ambiente – A Secretaria de Estado de Meio Ambiente será contemplada com R\$ 156 milhões para investir em um leque de ações que vai unir a preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável, desde a eficiência de processos de licenciamento, outorga e regularização de imóveis rurais, passando pela estruturação das unidades de conservação até investimentos para a prevenção e combate ao desmatamento ilegal e incêndios florestais.

Agricultura Familiar e Regularização Fundiária – Uma das áreas mais importantes da economia estadual também receberá grande aporte de investimentos: R\$ 265 milhões. Serão fomentadas várias cadeias produtivas, com a aquisição de equipamentos, máquinas, assistência técnica remota e regularização de imóveis urbanos e rurais.

É importante destacar, que um dos pilares para a recuperação fiscal do Estado foi o projeto de DPL - Development Policy Loan - efetuado pelo Mato Grosso junto ao Banco Mundial. Este projeto, além de exigir ações prévias na área fiscal, contou também com um pilar ambiental. O

combate ao desmatamento, a regularização ambiental e a Estratégia PCI são as ações que permitiram ao estado a aprovação do projeto.

Com a recuperação da capacidade de pagamento, o Estado também planeja novos empréstimos junto ao Banco, incluindo uma proposta ainda em construção para o apoio da agricultura familiar sustentável.

3. EXECUÇÃO DOS SUBPROGRAMAS

O ano de 2020, ainda que marcado pela continuidade da pandemia provocada pelo Coronavírus, foi, também, um ano de consolidação da execução do Programa REM MT.

De modo geral, o Subprograma D foi o menos afetado pela pandemia e seguiu seu plano original sem atrasos significativos em seu cronograma inicial. Os Subprogramas A e C foram moderadamente afetados pelo cenário pandêmico, mas mantiveram o foco no planejamento inicial, absorvendo um relativo atraso em suas atividades, especialmente aquelas relacionadas com a participação direta da EMPAER. Já o Subprograma B, dependente das deliberações e interação com a Governança Indígena, sofreu fortemente com o isolamento social e a incipiente comunicação existente nos territórios indígenas.

Houve ainda alguns desafios administrativos relacionados aos ajustes do segundo Plano de Investimentos em relação ao primeiro. A matriz lógica foi redefinida com apoio da empresa de consultoria internacional, e conseqüentemente foi necessário realizar as adequações administrativas e no sistema Cérebro. De modo a atender a essa demanda, foi lançada no sistema Cérebro a nova estrutura do Programa REM MT com os novos eixos e atividades previstas. Prevista para o primeiro semestre de 2020, a execução do 2º PDI iniciou apenas no segundo semestre do ano. Com essa nova matriz lógica houve alteração nos percentuais da ERB que, após a finalização da correlação entre a matriz lógica original e a atual, será apresentada pelo GCP REM MT quando da solicitação do terceiro desembolso.

Os avanços e os principais desafios de cada Subprograma podem ser observados a seguir.

4.1 Subprograma 1 – Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais

O ano termina com o início da execução dos projetos apoiados pela primeira chamada do Subprograma e do Programa REM MT. O Comitê Técnico de Avaliação, composto por membros do GCP REM MT, da empresa de consultoria internacional e representantes da sociedade civil, recomendou 35 propostas, das quais 23 serão apoiadas, comprometendo o total de R\$ 32.174.842,85.

Gráfico 5: Distribuição dos valores contratados por eixo e tipologia de instituição no âmbito da Chamada 03 2020.



O ranking da Chamada de projetos levou em consideração a pontuação atingida dentro dos critérios de avaliação quali-quantitativa tendo como corte os recursos disponíveis para a Chamada, bem como sua distribuição por Bioma e eixos do Subprograma e, também, às características majoritárias das atividades planejadas em cada projeto.

A capacitação ofertada em elaboração de projetos, cujo público alvo foram os representantes de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT'S), oferecida pela consultoria internacional em parceria com o REM, permitiu uma maior aproximação junto ao Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais e entendimento das necessidades que os grupos enfrentam no momento de elaboração de projetos, uma vez que os exemplos utilizados foram as regras utilizadas na chamada 03/2020.

O período se caracteriza também pela dedicação para consolidar os Indicadores de Monitoramento (MEL) do Subprograma considerando, entre outros aspectos, a segmentação dos dados em correspondência com os indicadores gerais e específicos por eixo do Subprograma. O monitoramento será realizado por meio da aplicação de duas fichas de controle, sendo uma para os beneficiários e outra para acompanhamento dos resultados dos projetos vinculados a todas as ações sinérgicas por eixo do Subprograma.

Na modalidade de execução direta, foram feitas reuniões de coordenação e revisão do Plano de Trabalho do Subprograma com as equipes das subexecutoras da EMPAER e da SEAF. O cumprimento das tarefas por parte da EMPAER é prejudicado principalmente pela incerteza com relação ao complexo laboratorial de Várzea Grande, que está vinculado ao 1º PDI. As tarefas relacionadas à assistência técnica e extensão rural (ATER) foram bastante prejudicadas principalmente no processo de mobilização e sensibilização do público nos territórios de atuação, sendo realizados até dezembro de 2020 aproximadamente 2.088 diagnósticos das propriedades atendidas.

Na SEAF o trabalho se concentrou nas tarefas de validação do módulo de cadastro do Sistema Integrado de Agricultura Familiar – SEIAF, que vêm sendo desenvolvido dentro do contrato de desenvolvimento de software em conjunto com o SAGAE/EMPAER e o SIMP/MPMT. Avançou

também o diálogo junto aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para a criação dos núcleos municipais de gestão da informação da agricultura familiar nos municípios de Alta Floresta, Cotriguaçu, Querência e Várzea Grande.

4.2 Subprograma 2 – Territórios Indígenas

No ano de 2020, a pandemia provocada pelo vírus da COVID-19 impactou significativamente o planejamento do Subprograma Territórios Indígenas, cujos beneficiados precisaram se manter isolados, paralisando qualquer ação de forma presencial.

Neste sentido, foi elaborado pela FEPOIMT o Plano Emergencial de enfrentamento à COVID-19. As questões referentes à saúde, segurança alimentar e nutricional, comunicação e incêndios florestais foram os temas centrais na construção deste documento.

O eixo de comunicação do Plano Emergencial está focado na importância de produzir materiais audiovisuais, nas línguas indígenas e no português, com a finalidade de dar visibilidade às ações do Programa REM, assim como notícias fundamentais das comunidades sobre a COVID-19. Em dezembro, o plano de comunicação estava em sua fase final de elaboração, estando previsto para fevereiro o início da implementação. Este eixo é executado por meio da FEPOIMT, no âmbito do projeto de Fortalecimento da FEPOIMT, executado pelo ICV.

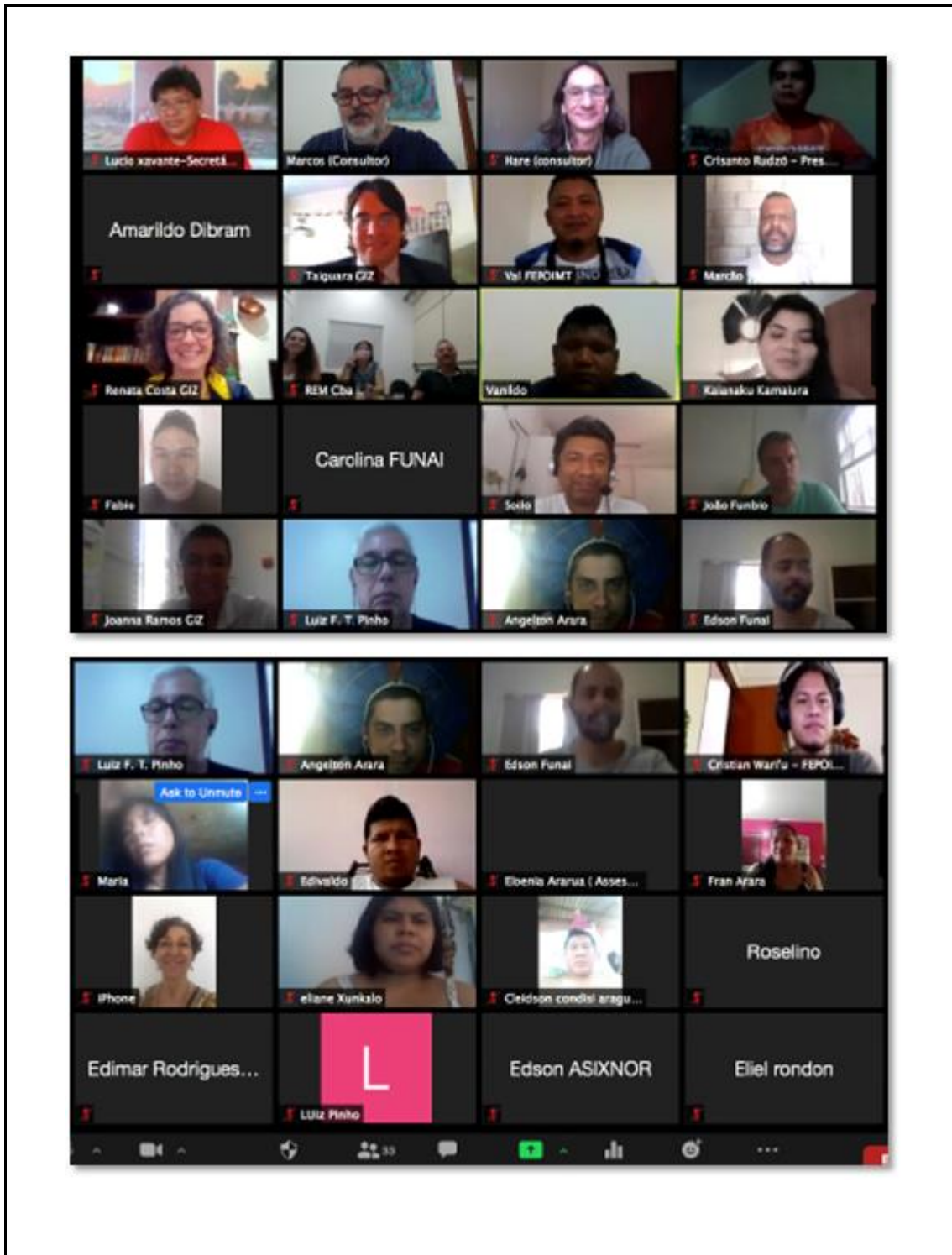
O tema de Segurança Alimentar e Nutricional é uma demanda dos povos indígenas do Estado. Importante observar, nesta temática, a valorização de aspectos culturais e ambientais na produção de alimentos, para garantir o acesso a alimentos de qualidade e, em quantidade suficiente, para a subsistência das comunidades. A aquisição e entrega de cestas básicas realizada pontualmente pelo Programa foi vista como fundamental, devido ao tempo necessário para a reorganização social das comunidades, uma vez que a pandemia ocasionou interrupções em atividades produtivas nos roçados, plantios, pesca, caça, coletas de produtos florestais e criação.

Os incêndios florestais se constituíram em um desastre ambiental que ameaça a vida em todas as suas formas. Por se tratar de um eixo novo e necessário, devido à degradação dos três biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal), foram propostas a implantação de brigadas indígenas apoiadas pelo programa REM. Nos meses de novembro e dezembro ocorreram reuniões entre a SEMA - MT, CBM, FEPOIMT, FUNAI, IBAMA-PREVFOGO, a fim de viabilizar esta ação. Todavia ainda não conseguimos avançar administrativamente em um dos obstáculos para a execução, que se trata da forma de remuneração dos indígenas que comporiam tais brigadas, impedindo a formatação final da ação.

Por fim, encontram-se em processo avançado de atendimento às pendências administrativas, para a aquisição de medicamentos e equipamentos para apoio aos DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas) da Secretaria Especial de Saúde Indígena, de acordo com a solicitação do

FUNBIO, feita em outubro, de documentos (Declaração/Ofício do DSEI se responsabilizando pelo bom uso dos medicamentos adquiridos).

Outro desafio importante para o Subprograma é dotá-lo de equipe suficiente para conduzi-lo nas dimensões que ele exige: de estratégia política (liderança e autonomia para mobilização dos atores envolvidos), dimensão comunicacional (comunicação específica, adequada e relevante à participação dos povos indígenas) e dimensão operacional (execução financeira, controle e acompanhamento operacional junto ao FUNBIO, na aquisição de bens e serviços).



Figura

Figura 1: Reunião do Comitê de Governança do Subprograma de Territórios Indígenas

4.3 Subprograma 3 - Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis

Foi um semestre desafiador para o Subprograma que tem como objetivo impactar setores economicamente muito relevantes para o Estado e com grandes desafios na implementação do Código Florestal, em mecanismos de garantia de origem para seus produtos e no atendimento dos critérios de sustentabilidade exigidos pelo mercado, com produtores de tamanhos e com problemas distintos.

De maneira a melhor estabelecer os indicadores e, por conseguinte, as metas do Subprograma, no período de julho a dezembro de 2020, foi caracterizado pela consolidação da nova estrutura instituída ao Subprograma.

Na cadeia da pecuária de corte, considerando a ATER-pública (EMPAER) de agosto a novembro de 2020, foram selecionadas 2.513 das propriedades, a partir de um levantamento prévio das propriedades nos municípios foco do Subprograma (Aripuanã, Castanheira, Colniza, Juara, Juína, Juruena e Nova Bandeirantes). A partir de setembro, iniciou-se a fase de diagnóstico, com finalidade de levantar informações ambientais, econômicas e sociais das propriedades. Essas informações são compiladas manualmente em fichas específicas, até que sejam finalizadas as adaptações do SAGAE. Até janeiro de 2021, totalizam 1.445 diagnósticos finalizados, atingindo cerca de 60,2% da meta estabelecida.



Figura 2: Diagnóstico de propriedades nos municípios de Juruena e Juara (idem abaixo). Foto: Huan Gomes e Igor Nogueira, técnicos da EMPAER.



Em complementaridade às ações de ATER da EMPAER, a coordenação do Subprograma buscou alinhamento com o Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC) para a formatação do Projeto

“Produção sustentável de carne bovina” que visa o acesso a mercado de produtores da cadeia da pecuária, sendo estes correlacionados a critérios socioambientais, recuperação de áreas degradadas e regularização de passivos, tendo como escopo principal apoiar a reinserção de produtores, com propriedades de até 15 módulos fiscais, ao mercado nacional formal da carne, por meio da divulgação e aplicação da Plataforma digital de Reinserção e Monitoramento do IMAC. O Programa indicará 500 produtores da região noroeste do estado para serem participantes.

É importante frisar que essa formatação decorre da assinatura do Termo a Cooperação Técnica, de janeiro de 2020, entre o IMAC e a Procuradoria da República em Mato Grosso, com fundamento no art. 116 da Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 10.370, de 12 de fevereiro de 2016, para implantação da Plataforma digital para monitoramento da regeneração ambiental de áreas desmatadas de propriedades rurais bloqueadas para comércio com frigoríficos que firmaram Termo de Ajustamento de Conduta com o MPF no âmbito do projeto Carne Legal.

Nesse formato, os investimentos tendem a promover a carne de Mato Grosso por meio do desenvolvimento de pesquisas e tecnologias de rastreabilidade da carne, fortalecendo a cadeia da pecuária com transparência, respeito e obediência a protocolos. Cabe destacar as dificuldades em conciliar as demandas técnicas com as ferramentas administrativas disponíveis, sendo necessárias adequações no formato de contratação e justificativa, extrapolando os prazos esperados.

Consonante ao resultado pretendido para o eixo da pecuária sustentável, na região norte de Mato Grosso (Portal da Amazônia), a chamada de projeto 08/2020 do Subprograma PIMS selecionou o projeto intitulado “Conect@agro: Conectando conhecimentos e praticando Boas Práticas Agropecuárias” do ICV.

A chamada selecionou, ainda, para o eixo da Soja Responsável os seguintes projetos: “Implantação dos critérios exigidos pela Certificação FEFAC em imóveis rurais, como metodologia inovadora de Fomento à produção de Soja Responsável”, da Associação Amigos da Terra de Sorriso e “Abordagem Jurisdicional para Expansão Responsável da Soja em Campos de Júlio e Planalto da Serra - Fase 2” da Aliança da Terra. Os projetos são intrínsecos aos resultados pretendidos pelo eixo da soja responsável: propriedades produtoras de soja preparadas para certificações, e totalizaram cerca de R\$ 3.000.000,00.

Atendendo a demanda de investimentos em inovação das cadeias da soja e pecuária, a chamada de projeto 08/2020, disponibilizou R\$ 2.500.000,00 para os projetos: “PISA: Sistemas integrados de pastagens e culturas agrícolas” do Instituto Mato-grossense do Algodão, “Tecnologias inovadoras do Sistema Plantio Direto (SPD) e da Integração Lavoura-Pecuária (ILP) para o desenvolvimento sustentável da agropecuária mato-grossense” da Fundação de Apoio e Pesquisa e ao Desenvolvimento – FAPED e “Estimativa de Cenários Sustentáveis por Meio de Modelagem Computacional e Sensoriamento Remoto” da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso (UNISELVA). Todos os projetos inserem-se no resultado esperado pelo eixo traduzindo-se em ferramentas de garantias de commodities desenvolvidas e implementadas e/ou com seu uso ampliado e, portanto, têm

como tema ampliar a utilização de tecnologias inovadoras que conciliam conservação ambiental e rentabilidade econômica nas cadeias de commodities.

Diferentemente das demais cadeias, o eixo do manejo florestal não investiu em chamada de projetos. Suas ações estratégicas foram definidas no Webinar realizado em maio de 2020, apoiado pelo IDH, CIPEM, SEMA e SEDEC, que determinou a prioridade de investimentos na melhoria e auditoria dos sistemas que garantem a cadeia de custódia, bem como a capacitação de técnicos da SEMA. O serviço de tecnologia a ser contratado tem como principal objetivo suprir a necessidade da Superintendência de Gestão Florestal (SEMA) em garantir e facilitar a obtenção padronizada das informações necessárias para a fase de inventário florestal em um plano de manejo, eliminando a probabilidade de erro humano de lançamento de dados, atendendo aos anseios do setor produtivo de base florestal. A plataforma da solução de Inventário Digital de Manejo deve ser composta por Aplicativo Off-line (Aplicativo mobile para sistema Android) e Sistema Web.

A solução tem como objetivo o desenvolvimento de sistema com as melhorias na pré-migração do Sistema de Gestão de Exploração Florestal – SGEF (Sisflora 2.0) para manutenção evolutiva do sistema, em congruência com a evolução do mercado florestal do estado de Mato Grosso, suprir a necessidade em garantir e facilitar a obtenção padronizada das informações necessárias para a fase de inventário florestal em um plano de manejo, por meio da plataforma de Inventário Digital de Manejo, que deve ser composta por Aplicativo Off-line (Aplicativo mobile para sistema Android) e Sistema Web, juntamente com a desburocratização dos meios de controle do transporte de produtos florestais, que hoje é realizado através de diversos modelos de Guias Florestais. Este processo será substituído pela utilização integrada da Nota Fiscal Eletrônica, proporcionando mais simplicidade no processo e uma maior congruência de dados entre SEFAZ e SEMA.

4.4 Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

Apesar do ano atípico, no que se refere ao Sistema Estadual de REDD+ e à Política Estadual de Mudanças Climáticas, houve avanços importantes. O Programa REM MT, por meio da consultoria internacional, possibilitou a contratação da consultoria de construção de reporte de salvaguardas, com início dos trabalhos marcado para o mês de março/2021. O Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas está em construção pelo projeto parceiro: Projeto Valorizando as Florestas de MT (GCF - Janela A: Estudo da vulnerabilidade climática presente e futura da produção agrícola para soja, milho, algodão e pecuária de corte, no Estado do Mato Grosso) e trouxe avanços na elaboração e treinamento sobre o Plano de Adaptação, a ser finalizado em abril/2021.

Como estratégia de discutir o Plano de Mitigação das Mudanças Climáticas, foi construída uma parceria com o Projeto Trajetórias de Descarbonização, para a realização do Inventário de Emissões de GEE e Catálogo de ações de mitigação. As discussões para a construção dos critérios e metodologia de elaboração dos Planos Setoriais de Mudanças Climáticas da Agricultura e Pecuária estão em andamento.

Superada dificuldade inicial na organização de reuniões virtuais, o ano termina com o total de seis reuniões ordinárias do Fórum de Mudanças Climáticas, um webinar sobre Integração Lavoura Pecuária Floresta, promovido pelo Projeto Trajetórias de Descarbonização, além de uma reunião com o conselho Gestor de REDD para apresentação dos avanços do Programa REM MT ao longo do ano.

A Superintendência de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão (SUEAC), com vista ao cumprimento das ações propostas, o Programa REM MT, no período de julho a dezembro de 2020, viabilizou a capacitação de servidora da equipe de Criação da SUEAC, na área design gráfico profissional, assim como a aquisição de licença de software Adobe, possibilitando dessa forma a operacionalização de artes gráficas, diagramação de material de apoio aos cursos *online* de Educação Ambiental, campanhas para sensibilização ambiental postadas via e-mail, material de divulgação das campanhas do Calendário Ambiental, estruturação de arte para o Observatório *online* e para o portal de EAD da SEMA. Em 2020, iniciamos processo de digitalização da educação ambiental, a fazer ela de forma virtual, com posts para os dias temáticos do Calendário Ambiental e para os temas que queríamos chamar a atenção, enviamos eles pelo e-mail da Educação Ambiental, para os nossos contatos cadastrados. E esses posts foram repostados em diversas redes ambientais como WWF-BRASIL, REDE A3P, municípios e Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA.

Destaca-se a longa negociação com o Ministério do Meio Ambiente sobre a reativação da CONAREDD e a aprovação dos dados da redução das emissões de carbono dos estados brasileiros, impactando diretamente no avanço do terceiro e último desembolso ao REM MT, Fase I. Com a informação da previsão de contratação da equipe que fará o relatório, o ano termina, mas sem o produto necessário.

Garantindo o desmatamento abaixo do gatilho estabelecido no Acordo em Separado, os executores do Programa REM MT envolvidos no combate e controle ao desmatamento e aos incêndios florestais demonstraram que os assertivos investimentos nas organizações do Estado permitiram melhorar a qualidade e a tempestividade das informações sobre desmatamento e queimadas, atuação de forma contínua de equipes em ações de fiscalização *in loco*, bem como melhoria dos métodos de fiscalização, utilizando de recursos tecnológicos, para atuação remota. Além disso, o serviço de remoção de maquinário e equipamentos apreendidos em áreas desmatadas merece destaque, considerando que a retirada dos tratores do local, além de promover a descapitalização imediata do proprietário, desestimula o mesmo a realizar serviço em áreas não autorizadas, além de dificultar de sobremaneira a continuidade do dano ambiental, evitando assim que a floresta seja destruída.

O Programa REM MT deu continuidade ao fortalecimento institucional, iniciado pelo Programa Fundo Amazônia, sendo que, atualmente, 100% dos equipamentos, veículos e quase a totalidade de recursos utilizados pela fiscalização são provenientes de programas com recursos oriundos de investimento internacional. Considerando o atual momento de aumento das taxas de desmatamento e a prioridade econômica do governo voltada ao combate à pandemia, a continuidade do recebimento de recursos internacionais se torna imprescindível para o

enfrentamento do desmatamento ilegal, e consecutivamente reduzir os índices de destruição ambiental, além de potencializar os esforços para manter a floresta em pé.

O Gráfico 03 abaixo demonstra o comparativo de crescimento das ações de fiscalização de flora – SEMA (CFFL), antes e depois da aquisição dos serviços de monitoramento por sensoriamento remoto e implantação da Gerência. Após o fortalecimento promovido pelo REM, houve um aumento de 68% na capacidade de autuação da CFFL, em relação ao ano anterior, e de 45%, em relação ao maior registro histórico de área autuada pelo respectivo setor, ano de 2016. A capacidade de autuação da CFFL/SEMA foi significativamente mais eficiente, ao ponto de, em apenas um semestre, o setor alcançar produtividade equivalente àquelas obtidas ao longo de um ano todo de trabalho, mesmo diante de um cenário de pandemia (Gráfico 04)

Gráfico 6: Ações de fiscalização de Flora (SEMA-CFFL)

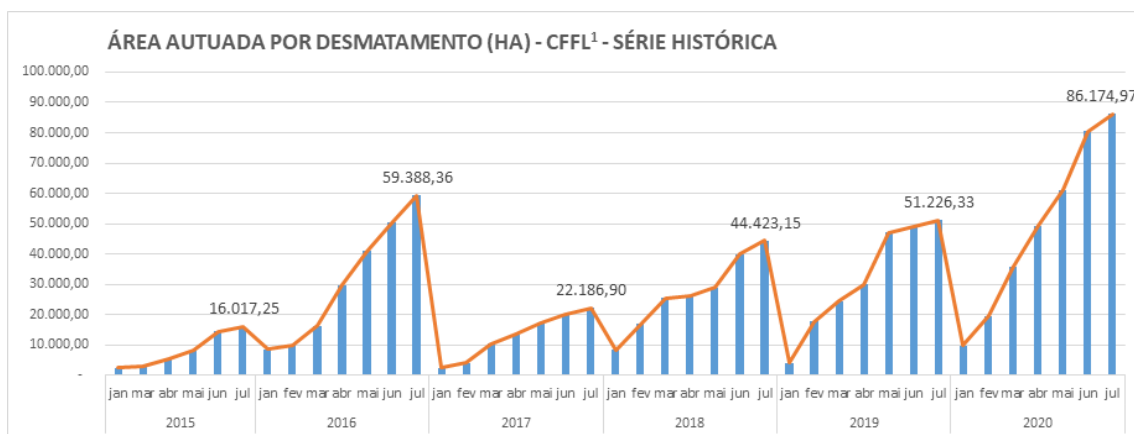


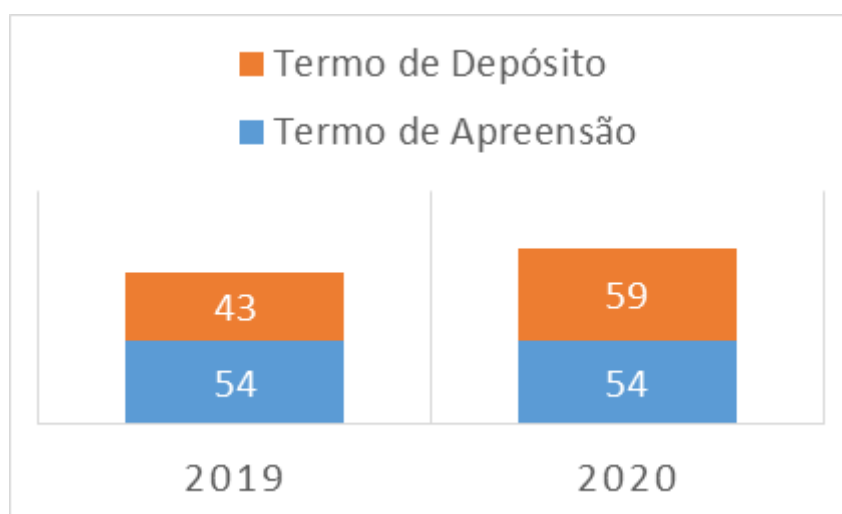
Gráfico 7: área Autuada por Desmatamento (Ha) - SEMA-CFFL



O mesmo incremento é observado nos dados referentes aos valores de multas emitidas por desmatamento, no ano de 2020. Após o início do Programa REM MT e a adoção do entendimento jurídico de considerar o bioma Amazônia como especial para preservação, houve um aumento percentual de 114,74% nos valores de multas aplicadas por desmate, em relação ao ano anterior, para o mesmo período, ou seja, mais que dobrou, correspondendo a um aumento de R\$ 211.124.465,90.

Assim como o quantitativo de área autuada, o serviço de remoção de maquinários apreendidos apresentou resultados bastante satisfatórios e a CFFL apreendeu em apenas um semestre a mesma quantidade de máquinas que no ano passado inteiro.

Gráfico 8: Apreensões de maquinários em 2019 e 2020



A explanação de todos os dados apresentados mostra a importância do fortalecimento institucional promovido pelo Programa REM MT e que este reflete diretamente no aumento da capacidade do órgão ambiental em exercer a função de comando e controle. Porém, deve-se registrar que os índices de desmatamento não estão atrelados apenas à atuação da fiscalização ambiental, e sim também a outros fatores, tais como a expectativa de flexibilização da legislação ambiental e regularização fundiária em áreas públicas.

O apoio do REM foi fundamental para que as atividades de fiscalização das 09 DUD's da SEMA (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Confresa, Guarantã do Norte, Juína, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra) fossem efetivadas com eficiência. Veja abaixo a tabela que aponta o crescimento da atuação das regionais a partir de 2019, com insumos do Programa REM MT.

Em 2021 o trabalho continuará ampliando a área de abrangência das ações dos técnicos por meio de investimentos em tecnologias de campo.

Tabela 2: Histórico dos diferentes autos e termos expedidos pela SEMA

TIPO DO AUTO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Auto de Infração	643	541	536	495	558	920
Termo de Embargo/Interdição	149	325	177	214	290	695
Auto de Inspeção	143	94	89	132	117	73
Notificação	47	184	33	95	97	325
Termo de Apreensão	27	48	31	33	54	48
Termo de Depósito					43	45
Relatório de Inspeção					32	17
Recibo de Doação					4	1
TOTAL	1009	1192	866	969	1195	2124

Em relação às ações de responsabilização criminal, a Delegacia Especializada do Meio Ambiente (DEMA), conseguiu realizar ações de conteúdo repressivo de maneira contundente, com a instauração de cerca de 1.055 (mil e cinquenta e cinco) procedimentos investigativos afetos a crimes ambientais, dentre Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados de Ocorrência, Autos de Investigação Preliminar etc. Desses, 431 (quatrocentos e trinta e um) procedimentos investigativos eram específicos de crimes contra a flora e, normalmente, cada procedimento, comporta mais de um investigado.

Importante ressaltar que diversas diligências passaram a ter maior êxito, no caso de apreensões, com a possibilidade de retirada do bem do local onde a infração ocorreu. A descapitalização do infrator é estratégia antiga de trabalho, quando se trata de crimes de maior complexidade e de singular importância, como são os crimes ambientais que impactam toda a coletividade.

Além disso, houve a possibilidade de realização de diversas perícias em momentos chave da ocorrência do delito, para que os vestígios do crime não fossem perdidos e fosse possível, posteriormente, a responsabilização efetiva do(s) infrator(es). Assim, foram requisitados, até novembro de 2020, cerca de 494 perícias, com expedição dos respectivos laudos: 355 (trezentos e cinquenta e cinco) POLITEC; 139 (centro e trinta e nove) INDEA; outros que também foram demandados e emitiram relatórios técnicos como por exemplo o Corpo de Bombeiros Militar etc.

Operações diversas foram realizadas em unidades de conversação, como na região da RESEX Guariba Roosevelt e na Estação Ecológica Ronuro. Cabe ressaltar as investigações, desdobradas em diversos inquéritos que apuram os incêndios ocorridos na região do Pantanal Norte, localizado no Estado de Mato Grosso, cujos indicativos dos laudos periciais e diligências realizadas apontam para a origem antrópica daquelas situações em andamento nesta especializada.

Ainda, são realizadas investigações a respeito de situações de desmatamento em áreas de preservação permanente e outras degradações nas Baías de Chacororé e Siá Mariana, cuja investigação também verifica se há alguma correlação dessas degradações com a situação de seca que vem assolando aquela região.

Através de treinamento, na área de valoração do dano, foi possível começar a traçar caminhos para valorar o dano ambiental causado à biodiversidade objeto de investigação.

Desta forma, no que pertence à responsabilização do infrator, a DEMA desenvolveu por mês no mínimo duas operações de repressão qualificada (maior complexidade) no combate aos crimes ambientais, especialmente relacionados a desmatamentos e queimadas. Para o ano de 2021, novas estratégias de ação estão sendo desenvolvidas com foco na extração ilegal de madeira, desmate ilegal e fraudes em créditos florestais.

AVANÇOS NA GESTÃO DO PROGRAMA

Consolidação da equipe

Além da estrutura física, a SEMA também disponibilizou um servidor de carreira para conduzir o Subprograma B, em substituição à antiga coordenadora, e, também, disponibilizou uma secretária e uma estagiária de comunicação para apoio.

A contratação da equipe terceirizada por meio do Programa REM MT foi concluída e vem auxiliando a coordenação, a PCI e a Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+.

A redistribuição das tarefas administrativas permitiu melhor distribuição das funções dos Coordenadores de Subprogramas permitindo maior envolvimento com questões de planejamento e monitoramento.

Fortalecimento da Estratégia PCI

O Instituto PCI colocou em prática, em 2020, um Plano de Ação com cinco pilares essenciais para o fortalecimento da estratégia: estruturação do Instituto, estratégia de investimentos, monitoramento, regionalização da PCI e comunicação.

O Programa REM MT apoiou a contratação de equipe técnica para o Instituto, assim como irá apoiar a elaboração de modelos de negócio para a sustentabilidade a longo prazo do mesmo, incluindo sua relação com o Programa REM MT.

Ao mesmo tempo, o Programa REM MT está financiando uma consultoria que irá mapear as necessidades de investimento do Estado de Mato Grosso relacionados à implementação das metas da PCI, bem como possíveis fontes de financiamento e modelos de investimentos. Este trabalho irá orientar toda a estratégia de captação de recursos do Estado no futuro. Por outro lado, a PCI, através de seu Corporate Action Group, tem atuado junto ao setor privado para engajar empresas das cadeias de valor em ações que apoiem a implementação da Estratégia PCI no estado.

Durante o segundo semestre de 2020, a PCI também realizou um processo de avaliação participativa da Estratégia, registrando avanços e desafios, bem como sugestões para melhoria no monitoramento de metas e ações prioritárias.

O Programa REM MT também está apoiando a PCI em sua estratégia de regionalização, onde são formulados pactos regionais em municípios e regiões do estado, com a criação de uma governança local, metas locais e integração com o setor privado e outros financiadores e projetos atuando nessas regiões.

Finalmente, um plano de comunicação está sendo contratado também com o apoio do Programa REM MT visando fortalecer a estratégia e o engajamento de atores dentro e fora de Mato Grosso.

Monitoramento

Durante o segundo semestre de 2020, a equipe de coordenação e a consultoria internacional, se debruçaram sobre o desenvolvimento de mecanismos e ferramentas para a construção da estratégia de monitoramento do Programa REM MT e dos projetos apoiados.

São pontos estratégicos do monitoramento a observação da execução das tarefas relacionadas a cada objetivo, bem como o registro dos indicadores de desempenho e de impacto por meio do sistema GPWeb.

De modo que, onde a execução acontece diretamente, os executores acessam o GPWeb e alimentam eles próprios com os registros de ocorrências. Cerca de 70% dos pontos focais passaram por capacitação no fim de 2020 e em 2021. O objetivo é atingir 100% dos parceiros e manter continuamente um canal para esclarecimentos de dúvidas.

A rotina das inserções e análise dos indicadores ainda não é contínua, mas espera-se que o ritmo seja estabelecido no primeiro semestre de 2021.

Para o monitoramento de projetos de apoio selecionados nas Chamadas 03 e 08, observou-se que os mesmos têm indicadores próprios que por vezes são diferentes dos indicadores dos Subprogramas, de modo que identificou-se dois níveis de informações que as organizações locais poderiam contribuir.

Para o alcance dos resultados de monitoramento adotou-se estratégias de preenchimento de duas planilhas auxiliares a cada trimestre. A primeira está voltada para os resultados do projeto e a segunda traduz os dados de campo tais como: cadastro de beneficiários, composição familiar, políticas públicas, bem-estar da família, atividades rurais, infraestrutura e informações financeiras. Estas informações serão consolidadas, inseridas no GPweb e articuladas aos indicadores de impacto do MEL. A implementação desse processo deve ocorrer ainda no início de 2021, quando as primeiras organizações contratadas pelos Subprogramas receberão treinamento.

Deste modo, com as atualizações trimestrais do GPWeb e a comprovação da execução financeira no sistema Cérebro, GCP REM MT e FUNBIO podem identificar pontos de atenção, gargalos e definir a estratégia de monitoramento in loco de modo a garantir a boa execução dos projetos apoiados e o cumprimento dos cronogramas físico-financeiros apresentados pelas instituições apoiadas.

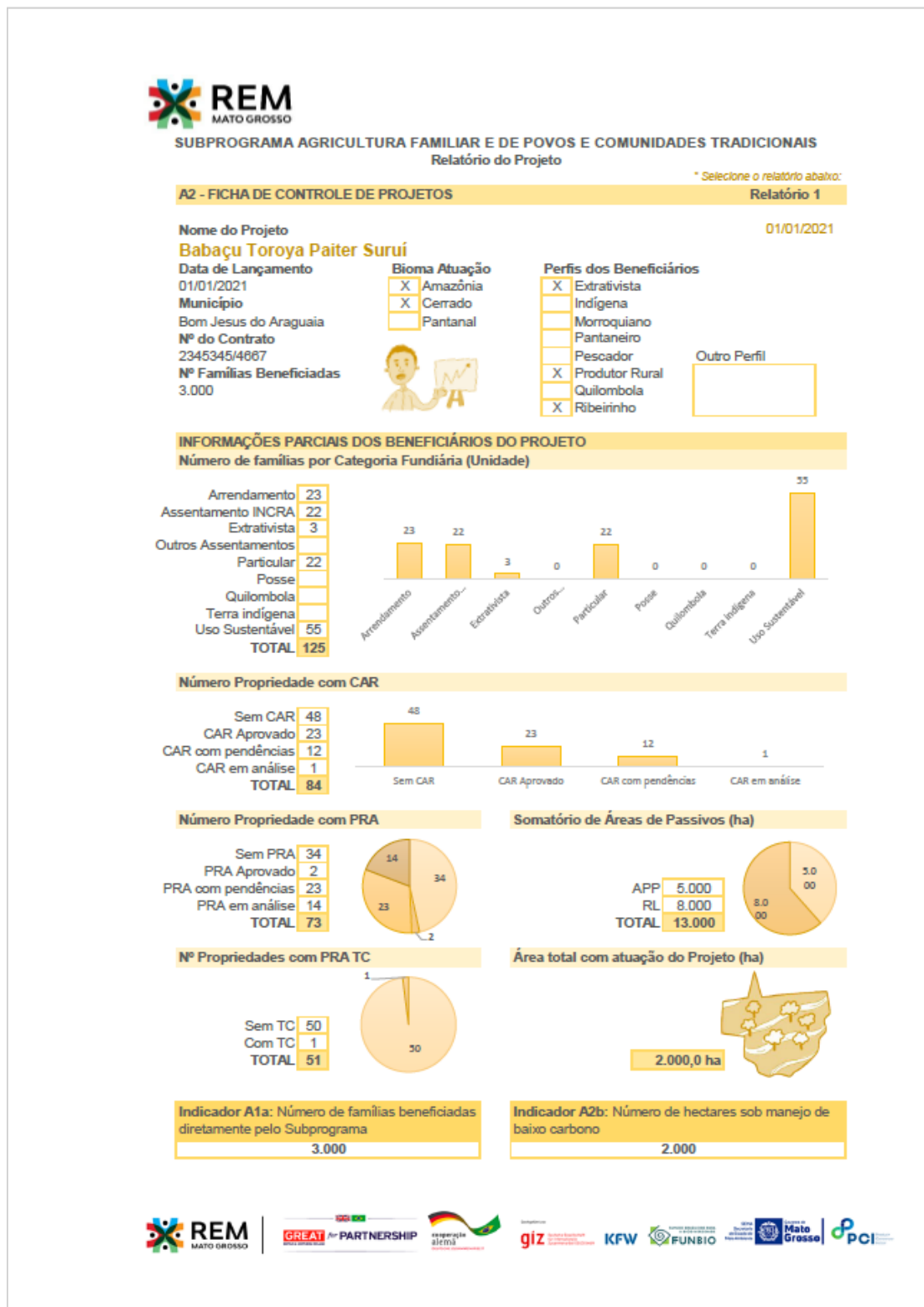


Figura 3: Ficha de monitoramento

Sobre o monitoramento das ações executadas diretamente, especialmente da ATER-pública para o público da agricultura familiar e médios produtores, observou-se a dificuldade no fluxo de informações sobre os resultados e demandas dos técnicos de campo. Fato que desencadeou visita de monitoramento do Grupo de Coordenação do REM (AFPCT e PIMS), Consultoria

Internacional e o Presidente da EMPAER na região Noroeste, com a finalidade de ouvir e compreender as demandas diretamente dos técnicos locais, e identificar os gargalos da comunicação.

As informações levantadas com os técnicos foram consolidadas em um documento enviado a EMPAER, com a propositura da estruturação de Comitê Gestor da EMPAER no Programa REM MT, além de indicar as ideias discutidas nos escritórios locais da EMPAER de forma participativa, os desafios identificados, bem como, o desenho da nova estrutura de atuação do proposto pela Coordenação do programa, em comum acordo com o Presidente da EMPAER.



Figura 4: Vistoria em propriedade de Unidade de Referência Tecnológica (URT) de Castanheira

A Criação do Comitê Gestor do Projeto ATER/REM – EMPAER foi formalizado por meio da Portaria Conjunta 001/2020 SEMA/SEAF/EMPAER – MT que designou os membros que atuarão na comissão que será responsável por avaliar e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos técnicos responsáveis pela execução do projeto de ATER do Subprograma, estando autorizada a realizar a gestão das atividades técnicas dos trabalhos desenvolvidos e avaliar os resultados alcançados. A iniciativa visa descentralizar e aumentar a participação dos técnicos locais (extensionistas), no processo de elaboração e ajustes das estratégias de ATER do Programa REM.

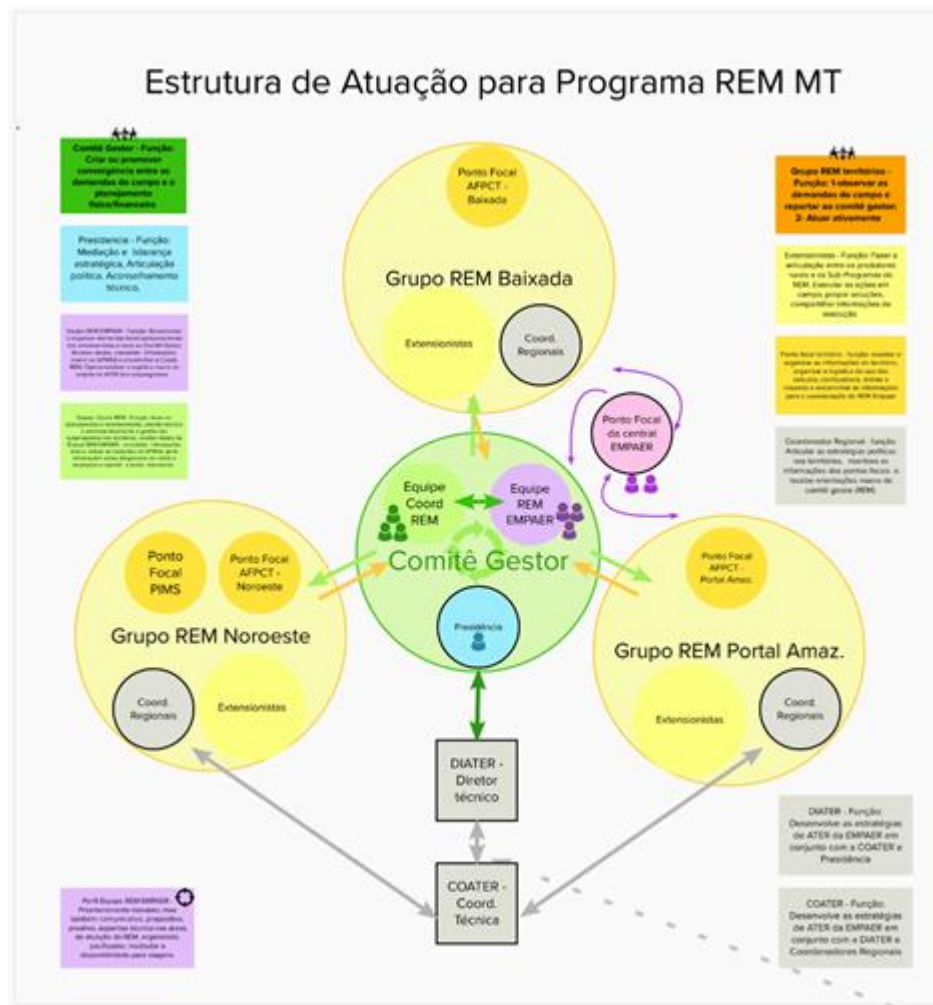


Figura 5: Execução Financeira Por Eixo Do Subprograma Afpect - Dez 2020

Consultoria Internacional

Diante do cenário de pandemia e incêndios florestais históricos, o segundo semestre de 2020 foi marcado por ajustes nas estratégias de execução do Programa. Fato refletido em ajustes na matriz lógica, Plano de Trabalho e Estratégia de Repartição de Benefícios bem como no Manual Operacional do Programa.

A contratação dos projetos selecionados, a partir das chamadas dos Subprogramas A e C, contou com a colaboração da equipe da consultoria internacional, desde o processo de avaliação até mesmo no apoio na construção dos procedimentos de monitoramento. Foram selecionadas 23 no SP A e 07 no SP C, no total de 98 propostas enviadas.

A condução do SP B foi, seguramente, a mais afetada pelo cenário de pandemia instalado em 2020, pois a estratégia de execução precisou ser reconstruída e a consultoria internacional, esteve presente na orientação e preparação para as reuniões de negociação com a esfera de Governança do Subprograma. Do mesmo modo que também apoiou o desenvolvimento dos indicadores e o monitoramento do mesmo.

Comunicação

Devido ao processo de contratação da empresa de terceirização ter sido finalizado no final do segundo semestre de 2020, a equipe de comunicação não foi formada, e a interação entre do Programa REM MT com a assessoria de comunicação da SEMA foi estabelecida pela estagiária de comunicação do GCP REM MT.

Mesmo assim, foi possível manter a rotina de comunicação com os executores por meio do boletim mensal, implementamos o mailing com apoio do setor de Educação Ambiental da Sema, e frequentemente novos e-mails são incorporados à lista que hoje conta com 180 contatos de diferentes setores da sociedade.

Em especial parceria com a assessoria de comunicação da SEMA, houve 278 inserções na imprensa, além de outras 31 inserções espontâneas de outros veículos de comunicação do terceiro setor ou independentes, segundo clippagem de websites de notícias em 2020. Nesse sentido, com apoio da consultoria internacional, foi importante o desenvolvimento do site do Programa (www.remmt.com.br) que, embora ainda não esteja totalmente atualizado, apresenta os resultados de maneira clara e sistematizada. As informações estão sendo organizadas, e com a chegada da equipe de comunicação espera-se que o *site* se torne mais completo e com atualização periódica de notícias, informações e transparência para a sociedade. Será necessário, também, impulsionar a divulgação do site, pois os acessos espontâneos ainda são poucos.

Outro ponto relevante é a elaboração do Plano de Comunicação para o Programa REM MT, em fase final de elaboração que deve ser entregue até início de fevereiro, que aponta soluções para que a comunicação do programa se torne eficiente e fluida, a partir da adoção de protocolos de produção de materiais gráficos, uso de marca, identificação de públicos, geração de notícias e outros fundamentos que devem agilizar e tornar mais eficientes os processos comunicativos.

Mesmo com equipe reduzida, o trabalho de comunicação foi desenvolvido de modo a apoiar todos os Subprogramas com a produção de diferentes materiais, como ilustrado no gráfico abaixo.



Figura 6: Comunicação do Programa REM MT.

DESAFIOS

Para o próximo ano, um dos grandes desafios é conseguir lançar as duas chamadas de aglutinadoras (Subprogramas A e B), de modo a atender as demandas dos públicos alvo. O cenário de pandemia e o avanço lento da vacinação impõem grande grau de incerteza quanto aos desdobramentos dessas ações.

Plano de Execução: Diante do saldo do Programa REM MT, impõe-se que seja construída uma estratégia de execução de modo que o GCP REM MT e o FUNBIO consigam concluir a primeira fase do Programa REM MT. O exercício abaixo foi elaborado pelo FUNBIO, com base nos valores já recebidos e a receber na fase 1 do Programa REM MT. Foram considerados, também, os macro percentuais da ERB e as informações repassadas pelo GCP REM MT de que os subprogramas A, B e C terão todos os recursos direcionados para Chamadas de Projetos, enquanto o Subprograma D é executado exclusivamente por meio de execução direta.

São valores expressivos e que, para se realizarem, é necessário um esforço coletivo entre o GCP REM MT, o FUNBIO e a consultoria internacional de modo a construir estratégias de execução tais como as solicitações automáticas, compras e aquisições em lotes para a execução direta e Chamadas de Projetos, para Aglutinadoras também, na execução indireta.

*Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD for Early Movers Mato Grosso
Período julho de 2020 a dezembro de 2020*

Programa	Tipo Execução	2021	2022	2023	2024	2025
REM - MT	Direta	R\$ 28.381.960,69	R\$ 1.086.286,89	R\$ 15.631.504,06	R\$10.049.503,26	R\$3.349.834,42
	Indireta	R\$ 26.676.957,55	R\$ 8.402.803,37	R\$ 14.065.327,68	R\$ 9.677.971,64	R\$9.677.971,64
	Total	R\$ 55.058.918,23	R\$ 9.489.090,26	R\$ 29.696.831,74	R\$ 19.727.474,90	R\$3.027.806,06

Plano de Monitoramento

Com o volume de recursos direcionados para chamadas de projetos, é importante que seja elaborado um plano de monitoramento. Uma vez definidas as ferramentas de monitoramento, GPWeb e Cérebro, a Linha de Base, indicadores e metas (Mariz Lógica) deve ser definida, por fim, a estratégia do monitoramento e acompanhamento dos projetos. Tal assunto vem sendo pauta de reunião entre os parceiros e deverá ser consolidada no primeiro semestre de 2021.

Melhorar o fluxo de comunicação entre o GCP REM MT e o FUNBIO

Espera-se que com a conclusão dos serviços da empresa de consultoria de comunicação e a capacitação dos terceirizados, o fluxo de comunicação tenha maior fluidez entre os parceiros de modo a otimizar os resultados almejados.

Atualização do plano de trabalho

Com o prolongamento do cenário pandêmico e ajustes nas relações com parceiros do Programa REM MT o plano de trabalho será atualizado de modo a acomodar as adaptações inerentes ao cenário de incertezas vivido atualmente.